

LÍNGUA PORTUGUÊS

A tal da boa morte Camila Appel

(<http://mortesemtabu.blogfolha.uol.com.br/2015/02/02/a-tal-da-boa-morte/>)

Na discussão sobre o que é uma boa morte, fala-se muito em ortotanásia – deixar que a morte ocorra de forma natural, sem o uso de aparelhos que mantenham a vida artificialmente, por exemplo. É a permissão para não se prolongar a vida a qualquer custo, “assim, quando chegamos numa situação de terminalidade, onde se está no limite da medicina, podemos fazer cuidados paliativos, não prolongando a vida e procurando oferecer o maior conforto possível. É um campo que tem se desenvolvendo muito e conta com critérios para uma morte digna”, disse o médico Dr. Max Grinberg numa entrevista para esse blog.

A boa morte foi o tema da semana passada do podcast Mamilos, do site Brainstorm9, do qual participei. O assunto surgiu após a divulgação de que a advogada Rosana Chiavassa conseguiu ter seu testamento vital autorizado pela Justiça, explicitando o desejo pela ortotanásia, já permitida pelo Código Ético Médico mas não prevista em lei.

A sentença foi dada em junho de 2013, mas a advogada só quis divulgar o caso agora. O testamento vital, contendo as orientações de quais procedimentos a pessoa deseja passar e quais não aceitará, pode ser registrado em cartório e num banco de dados específico, como o organizado por Luciana Dadalto, articuladora do tema no Brasil. Veja uma entrevista com ela no post “não é uma questão de morrer cedo ou tarde mas de morrer bem ou mal”. Ele deve ser feito enquanto a pessoa tenha plena capacidade de juízo crítico, o que abre espaço para polêmicas. Há outras questões, como o fato dos tratamentos existentes evoluírem rápido e o testamento vital poder estar desatualizado no momento de sua efetivação.

A discussão do podcast teve a presença da médica especializada em cuidados paliativos Milena Reis, a pesquisadora Jussara Almeida e as organizadoras do canal Juliana Wallauer e Cris Bartis. Fala-se de testamento vital, cuidados paliativos, a boa morte, morte digna, autonomia e como lidar com os desafios de ter um parente em processo de final de vida. Há bons links disponíveis para consulta no site do Mamilos.

Dra. Milena questiona o papel da tecnologia no lidar com a morte. Até onde ela pode ir? Ela faz um paralelo entre parto humanizado e a morte natural, na medida em que se discutimos um, poderíamos muito bem discutir o outro. A morte saiu de dentro das casas e está cada vez mais isolada no hospital, um ambiente solitário por essência. O isolamento é até necessário para garantir a esterilização do espaço.

“Dizem que higienizamos o processo do morrer”, Jussara fala.

Dra. Milena assina de 8 a 10 atestados de óbito por semana. Perguntei se ela pensa em boa ou má morte ao ver alguém morrendo. Ela respondeu que: “a gente morre como a gente viveu. Não dá para generalizar, mas se você teve amigos, eles vão estar lá, se você teve família por perto, eles também estarão lá. Estou falando de uma condição emocional, porque ela é determinante para o paciente morrer bem. Podemos ter muitos remédios e a sedação para deixar o paciente mais confortável, mas nada adianta enquanto não chegar o filho que aquele paciente estava esperando”.

Dra. Milena dá a entender que uma boa morte é aquela que ocorre em casa, ao lado de quem se ama. Mas ela destaca que morrer em casa não é algo fácil de ser organizado, porque muitas famílias não têm estrutura emocional para cuidar de um doente terminal, ou mesmo física, como a cadeira de rodas não passar pela porta de entrada. O alto custo de um “home care” também pode impossibilitar o processo.

O podcast também menciona o quanto algumas terminologias podem gerar preconceitos, como testamento vital, uma tradução errada feito da palavra em inglês, living will (will pode ser entendido como vontade e testamento. Nesse caso, a tradução correta seria “vontade em vida”). E cuidados paliativos é normalmente associado de forma negativa a paliativo, como um remendo, uma gambiarra, e assim, algo de menor valor. Há um grupo de estudiosos que defende a mudança do nome. Alguns hospitais usam a terminologia controle de sintomas. Para Dra. Milena, o nome é o menos importante. O grande preconceito disso é que se fala em cuidados paliativos quando a pessoa está prestes a morrer. Mas na verdade ele começa muito antes, logo no diagnóstico da doença e todo médico deveria ter formação em cuidados paliativos. “Toda doença que tem risco de morte é passível de cuidado paliativo”, Dra Milena diz, “ela envolve controle de sintomas e vai além da dor física. É uma abordagem psicossocial e também espiritual, respeitando-se a autonomia da pessoa”.

“Não sabemos nascer, também não sabemos morrer”, Cris Bartis diz. Ela fala sobre o conceito da palavra dignidade, ao lembrar de casos em que o agravamento da doença desfigurou conhecidos e os impediu de conviver, trazendo o questionamento: isso é vida?

Juliana Wallauer fala sobre o quanto estamos dispostos a lutar pela vida e quem vai decidir que coisas podemos nos submeter numa tentativa desesperada de sobreviver, quando o paciente não tem o direito de decidir o que é, para ele, uma boa morte.

A pauta é complexa e cheia de desdobramentos. Uma imagem que me veio foi a famosa cena da morte de Don Corleone, no filme

“O Poderoso Chefão” – ele tem um ataque cardíaco fulminante, enquanto brinca com seu neto na horta de casa. Suas últimas palavras, que aparecem no livro mas não no filme, são: “A vida é tão bonita”. Quem sabe foi esse o intento do autor, oferecer uma boa morte a um dos personagens que se tornaria um dos mais marcantes da história do cinema.

1) O tema do texto é:

- a) As melhores maneiras de que as pessoas dispõem para tirar a própria vida;
- b) As implicações éticas de se tirar a própria vida;
- c) As implicações jurídicas de se tirar a própria vida;
- d) O confronto de opiniões a respeito das melhores formas de morrer;
- e) A busca pelo verdadeiro sentido da vida e da morte.

2) Assinale a alternativa que traduz a relação estabelecida no texto entre os termos boa morte e ortotanásia:

- a) Boa morte é uma das formas de ortotanásia;
- b) Boa morte é uma exceção dentre os casos de ortotanásia;
- c) Boa morte e ortotanásia são sinônimos;
- d) Ortotanásia e boa morte são antônimos;
- e) Ortotanásia é uma das formas de boa morte;

3) A autora alerta para traduções erradas de termos relacionados ao tema. Qual das alternativas abaixo melhor traduz, respectivamente, as expressões living will e cuidado paliativo?

- a) Vontade de vida / gambiarra;
- b) Testamento vital / improviso;
- c) Vontade de vida / controle de sintomas;
- d) Vontade de vida / cuidado de menor valor;
- e) Testamento vital / controle de sintomas.

4) A autora traz para sua argumentação algumas falas de uma médica chamada Milena Reis. As opiniões dessa médica servem para:

- a) Reforçar a ideia de que é preciso ampliar o uso da tecnologia da boa morte;
- b) Esclarecer que a boa morte é preparar os familiares de um paciente terminal;
- c) Refutar o senso comum de que morre bem quem vive bem;
- d) Explicar que a boa morte vai além dos cuidados oferecidos por um hospital;
- e) Defender a ideia de que é o médico quem decide pela vida dos seus pacientes.

5) A autora finaliza o texto citando uma frase de um filme que diz: A vida é tão bonita. Podemos entender essa citação como uma síntese da tese defendida pela autora de que:

- a) É possível haver uma boa morte;
- b) Nada sabemos ainda sobre a boa morte;

- c) A ortotanásia é um engano da medicina moderna;
- d) Até os piores bandidos morrem de repente.
- e) Devemos sempre lutar pela vida.

6) O trecho a seguir retirado do texto apresenta, respectivamente, de acordo com as normas gramaticais brasileiras, erros de:

E cuidados paliativos é normalmente associado de forma negativa a paliativo, como um remendo, uma gambiarra, e assim, algo de menor valor.

- a) Acentuação e concordância verbal;
- b) Concordância verbal e concordância nominal;
- c) Concordância verbal e regência verbal;
- d) Colocação pronominal e concordância nominal;
- e) Uso da crase e acentuação.

7) A expressão por exemplo não tem uma função sintática definida na gramática, mas está sempre ligada a um termo da oração. No trecho a seguir do texto, a qual termo esta expressão se liga, na delimitação do tema do texto? “...deixar que a morte ocorra de forma natural, sem o uso de aparelhos que mantenham a vida artificialmente, por exemplo.”

- a) Deixar;
- b) Ocorra;
- c) Uso;
- d) Mantenham;
- e) Aparelhos.

8) Sabendo que cada classe de palavras exerce função sintática específica na relação entre os termos da oração, de qual classe gramatical o termo por exemplo mais se aproxima?

- a) Advérbio;
- b) Adjetivo;
- c) Conjunção;
- d) Preposição;
- e) Substantivo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

9) Assinale a alternativa INCORRETA no que se refere às atribuições dos Poderes da União:

- a) Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta em relação às matérias de competência exclusiva ou privativa do próprio Congresso e de suas Casas, dispor sobre todas as matérias de competência da União.
- b) Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- c) Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito e dívida pública.

- d) Compete ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento, em recurso especial, das causas decididas, em única ou última instância, pelos tribunais dos Estados, quando a decisão recorrida contraria lei federal.
- e) Nenhuma das alternativas.

10) Assinale a opção em que consta ação não vedada ao Estado-membro.

- a) Subvencionar cultos religiosos.
- b) Recusar fé a documentos públicos de outros Estados-membros.
- c) Conceder preferência aos indivíduos nascidos no seu território no momento de contratar serviços e obras com particulares.
- d) Instituir regiões metropolitanas e microrregiões, constituídas por agrupamento de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- e) Nenhuma das alternativas.

11) Constitui hipótese em que a Constituição admite a prisão civil:

- a) O não-pagamento de impostos.
- b) O desvio de recursos públicos para fins privados, não permitidos por lei.
- c) O inescusável inadimplemento voluntário de obrigação alimentícia.
- d) O não-comparecimento do servidor público civil ao trabalho por mais de 30 dias.
- e) Nenhuma das alternativas.

12) Assinale a alternativa correta.

- a) Desde o advento da Constituição de 1988, a Justiça do Trabalho não tem competência para apreciar pleito algum formulado contra a União.
- b) O advogado de autarquia somente pode peticionar em juízo munido de procuração específica.
- c) O conflito de competência entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Tribunal de Justiça deve ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- d) Cabe ao Supremo Tribunal Federal o julgamento das ações rescisórias de decisões do Superior Tribunal de Justiça.
- e) Não cabe ação rescisória de decisão de mérito tomada pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade.

DIREITO CIVIL

13)A Lei n.º 12.016/2009, disciplinando o mandado de segurança individual e coletivo, vigora a par do Código de Processo Civil e:

- a) não o derogou nem o ab-rogou.
- b) derogou-o tacitamente.
- c) ab-rogou-o expressamente.
- d) ab-rogou-o tacitamente.
- e) derogou-o expressamente.

14) Assinale a alternativa correta, de acordo com as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei n.º 4.657/1942).

- a) A lei nova revoga a lei antiga, quando com esta incompatível, ainda que não haja expressa declaração de revogação.
- b) As correções a texto de lei já em vigor não implicam em lei nova.
- c) A repristinação é regra no direito brasileiro, admitindo-se disposição legal que afaste sua incidência.
- d) Entende-se por ato jurídico perfeito a decisão judicial da qual não caiba mais recurso.
- e) O Brasil não adota, em regra, o instituto da vacatio legis, salvo no estrangeiro, quando admitida a obrigatoriedade da lei brasileira.

15) Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

O Código Civil de 2002 (Lei n.º 10.406/2002), na redação vigente, se ocupa, nos artigos 11 a 21, da tutela jurídica dos chamados direitos da personalidade, ou seja, da proteção jurídica de objetos de direito que pertencem à natureza do homem (direitos de humanidade). Mais adiante, no artigo 52 atribui também às pessoas jurídicas a titularidade dos direitos da personalidade, desde que compatíveis com os aspectos múltiplos das atividades que desenvolvem. A partir dos referidos dispositivos legais, é possível afirmar que:

I. O ato de disposição do próprio corpo, para fins de transplante, é admitido pelo Código Civil de 2002, na forma estabelecida por lei especial. Sendo assim, é permitido à pessoa plenamente capaz dispor, gratuitamente, de tecidos, órgãos e partes de seu corpo vivo, para fins terapêuticos ou para transplantes, desde que resguardada a sua integridade física e psíquica.

II. É válida, com objetivo científico ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, sendo que a livre manifestação expressa do doador dos órgãos em vida prevalece sobre a vontade de seus familiares.

III. Toda a pessoa natural tem direito ao nome, sendo que a forma fundamental de aquisição do patronímico é a filiação. O atual Código Civil, no entanto, permite que o marido adote o patronímico da esposa, na medida em que a própria Carta Constitucional de 1988 equiparou os direitos e deveres dos homens e mulheres.

IV. O direito ao nome empresarial (ou à denominação das sociedades simples, associações e fundações) decorre da proteção que a Lei Civil assegura às pessoas jurídicas, enquanto sujeitos do direito à identidade, ao passo que, do ponto de vista da Ordem Pública, esses sujeitos de direito, titulares do nome ou da denominação, têm a correlata obrigação de ter um nome pelo qual

possam ser identificados perante a sociedade e os Poderes Públicos.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- e) Estão corretas todas as assertivas.

16) Considerando o objeto do pagamento e sua prova, analise as assertivas a seguir e em seguida, assinale a alternativa correta:

I-O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa.

II-Ainda que a obrigação tenha por objeto prestação divisível, não pode o credor ser obrigado a receber, nem o devedor a pagar, por partes, se assim não se ajustou.

III-É ilícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.

- a) I e II estão corretas.
- b) I, II e III estão corretas.
- c) I e III estão corretas.
- d) II e III estão corretas.
- e) somente III está correta.

17) De acordo com o Código Civil, a pretensão de reparação civil prescreve em:

- a) 01 (um) ano;
- b) 02 (dois) anos;
- c) 04 (quatro) anos;
- d) 03 (três) anos;
- e) 05 (cinco) anos;

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

18) De acordo com o Código de Processo Civil, citação é:

- a) o ato processual em que convida o réu para qualquer momento processual;
- b) o ato processual em que se notifica o réu para prestar informações sobre a lide;
- c) o ato processual em que se chama o réu a juízo para se defender;
- d) o ato processual em que se autoriza o réu a produzir uma prova;
- e) é considerado mero ato processual que não tem valor jurídico relevante.

19) Numa ação de reparação de dano causado em acidente de automóvel, em que se adota o rito determinado pelo CPC, a defesa do réu será apresentada:

- a) na audiência de conciliação;
- b) no prazo da contestação;
- c) no prazo fixado pelo Juiz no despacho inicial;
- d) no prazo constante da petição inicial;
- e) nenhuma das alternativas acima.

20) É obrigatório àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda:

- a) chamamento ao processo;
- b) nomeação à autoria;
- c) denúncia da lide;
- d) recurso inominado;
- e) mandado de segurança.

21) O Ministério Público intervirá, obrigatoriamente, em todas as causas em que:

- a) haja pedido do autor;
- b) haja pedido do réu;
- c) haja interesse público;
- d) haja pedido de terceiro;
- e) nenhuma das alternativas.

22) O prazo para embargos do devedor conta-se:

- a) da citação;
- b) do ato da penhora;
- c) da intimação da penhora;
- d) da audiência de conciliação;
- e) nenhuma das alternativas.

DIREITO PENAL

23) Qual das afirmações abaixo define corretamente o conceito do princípio da reserva legal?

- a) Não há crime sem lei que o defina; não há pena sem cominação legal.
- b) A pena só pode ser imposta a quem, agindo com dolo ou culpa, e merecendo juízo de reprovação, cometeu um fato típico e antijurídico.
- c) A criminalização de uma conduta só se legitima se constituir meio necessário para a proteção de determinado bem jurídico.
- d) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado.
- e) A pena deve estar proporcionada ou adequada à magnitude da lesão ao bem jurídico representada pelo delito e a medida de segurança à periculosidade criminal do agente.

24) O princípio da proporcionalidade:

- a) proíbe a adequação típica por semelhança entre fatos.
- b) determina que o poder punitivo estatal não pode aplicar sanções que atinjam a dignidade da pessoa humana ou que lesionem a constituição físico-psíquica dos condenados.
- c) determina que a pena não pode ser superior ao grau de responsabilidade pela prática do fato.
- d) determina que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
- e) determina que todos são iguais perante a lei penal.

25) Com relação ao princípio da anterioridade da lei, marque a alternativa correta.

- a) O direito penal intervém somente nos casos de maior gravidade, protegendo uma parte dos interesses jurídicos.
- b) Para que haja crime e seja imposta pena é preciso que o fato tenha sido cometido depois de a lei entrar em vigor.
- c) A lei posterior mais severa tem efeito "ex nunc".
- d) Apesar de uma conduta se subsumir ao modelo legal, não será considerada típica se for socialmente adequada ou reconhecida, isto é, se estiver de acordo com a ordem social da vida historicamente condicionada.
- e) O direito penal só deve ser aplicado quando a conduta defende um bem jurídico, não sendo suficiente que seja imoral ou pecaminosa.

26) Com relação ao princípio do "ne bis in idem", é correto afirmar que:

- a) a criminalização de uma conduta só será legítima se constituir meio necessário para a proteção de determinado bem jurídico.
- b) nenhuma pena passará da pessoa do condenado.
- c) todos são iguais perante a lei penal.
- d) ninguém pode ser punido duas vezes pelo mesmo fato.
- e) ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

27) Sobre os Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) compete ao Supremo Tribunal Federal o julgamento de habeas corpus impetrado contra decisão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Criminais.
- b) segundo a Lei nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais), se for caso de oferecimento da inicial acusatória, esta terá, como regra, a forma oral, que será reduzida a termo.
- c) o juízo de admissibilidade da acusação formulada será realizado por ocasião da audiência de instrução e julgamento.
- d) os eventuais erros materiais da sentença não poderão ser corrigidos de ofício pelo juiz.
- e) três das alternativas acima estão corretas.

28) Assinale a assertiva incorreta.

- a) A denúncia oferecida sem rol de testemunhas não poderá ser recebida, uma vez que, neste caso, a ação penal estará, inevitavelmente, fadada à improcedência.
- b) É dispensado o relatório na sentença prolatada em sede de Juizados Especiais Federais.
- c) A lei que dispõe sobre o Juizado Especial Criminal possibilita a oposição, mesmo oral, de embargos declaratórios.

- d) Durante o prazo de suspensão do processo previsto na Lei nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais), não fluirá o prazo prescricional.
- e) três das alternativas acima estão corretas.

29) Quanto ao procedimento a ser adotado nos Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa correta.

- a) A audiência preliminar visa à transação civil e à transação penal.
- b) Por não ter sido o réu encontrado para ser citado pessoalmente, o juiz ordenou sua citação por edital, já que isso é compatível com a sistemática da Lei nº 9.099/95.
- c) A transação penal independe da aceitação da proposta pelo autor do fato, pois implica a declaração confessa de sua culpa.
- d) Diante do princípio constitucional da presunção de inocência, o fato de o acusado estar sendo processado por outro crime não impede a concessão da suspensão condicional do processo.
- e) Nenhuma das alternativas.

30) No tocante aos Juizados Especiais Criminais, opte pela alternativa CORRETA:

- a) Considera-se infração de menor potencial ofensivo os crimes a que a lei comina pena máxima não superior a dois anos, ou multa;
- b) Nas infrações de menor potencial ofensivo, em nenhuma hipótese, impor-se-à a prisão em flagrante ao autor do fato delituoso;
- c) A transação penal acolhida pelo juiz não poderá ser levada em conta para fins de reincidência, mas poderá gerar maus antecedentes criminais;
- d) Se houver descumprimento da pena restritiva de direitos imposta em razão de transação penal, será ela convertida em pena privativa de liberdade.
- e) Nenhuma das alternativas.

JUIZADOS ESPECIAIS

31) Os Juizados Especiais somente tem competência para processar e julgar as causas de menor complexidade, a teor do artigo 3.º da Lei nº 9.099/95, de forma a não prejudicar os seguintes princípios:

- a) oralidade, identidade física do juiz, informalidade, economia processual e revogabilidade;
- b) oralidade, fungibilidade, informalidade, economia processual e recorribilidade das decisões;
- c) oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade;
- d) oralidade, simplicidade, informalidade, provisoriedade e concentração;
- e) oralidade, simplicidade, legalidade, economia processual e acessoriedade.

32) O conciliador não está incompatibilizado nem impedido de exercer a advocacia, EXCETO:

- a) perante qualquer uma das Varas Federais;
- b) perante qualquer uma das Varas Trabalhistas;
- c) perante qualquer Juizado Volante Ambiental;
- d) perante o próprio Juizado Especial em que atue ou se pertencer aos quadros do Poder Judiciário.
- e) perante qualquer Justiça Especial Itinerante.

33) A respeito do pedido contraposto, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa CORRETA:

I-O pedido contraposto consiste em um pedido formulado pelo réu em desfavor do autor, na mesma peça contestatória, em que a fundamentação se baseia nos mesmos fatos que constituem a controvérsia.

II-O pedido contraposto é uma simples pretensão dentro da própria contestação, em que não se configura uma relação nova e se não for feita na própria contestação fica precluso, ou seja, não vai ter mais uma nova oportunidade para apresentar esse pedido.

III-O pedido contraposto não pode ser formulado pela pessoa jurídica, já que não existe previsão legal expressa na Lei nº 9.099/95.

- a) I, II e III estão corretas;
- b) I e III estão corretas;
- c) II e III estão corretas;
- d) somente I está correta;
- e) I e II estão corretas.

34) Nos termos da legislação do Juizado Especial, tanto o Juiz de Direito quanto o Conciliador poderá conduzir a conciliação. Ressalte-se, porém, que este não tem a função jurisdicional e, portanto:

- a) não poderá realizar a audiência de conciliação, tarefa exclusiva daquele;
- b) não poderá homologar acordo e nem transação penal, tarefa exclusiva daquele;
- c) não poderá fazer o pregão das partes, tarefa exclusiva daquele;
- d) não poderá juntar documentos na audiência, tarefa exclusiva daquele;
- e) nenhuma das alternativas.

35) A respeito do Conciliador, pode-se afirmar:

- a) Os Conciliadores são auxiliares da Justiça, recrutados, exclusivamente, entre aqueles profissionais de notável saber jurídico, com prática jurídica de no mínimo 03 anos comprovadamente, de reputação ilibada e que tenham conduta profissional e social compatíveis com a função;
- b) Os Conciliadores são funcionários públicos, recrutados, exclusivamente, entre aqueles profissionais de notável saber jurídico, com prática jurídica de no mínimo 05 anos comprovadamente, de reputação ilibada e que tenham conduta profissional e social compatíveis com a função;

c) Os conciliadores são auxiliares da Justiça, e, são, exclusivamente, cargos de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração, podendo ser ocupados por servidores não efetivos;

d) Os Conciliadores são auxiliares da Justiça, recrutados, preferencialmente, entre bacharéis em Direito, de reputação ilibada e que tenham conduta profissional e social compatíveis com a função;

e) Os Conciliadores são auxiliares da Justiça, é a unidade funcional preenchida exclusivamente por servidor público ocupante de cargo efetivo, designado para tal pelo critério da confiança, com atribuições de chefia intermediária e de alta qualificação técnica com direitos e obrigações de natureza estatutária estabelecidos em lei.

36) Dentre as alternativas abaixo, assinale a que NÃO contém características de um bom conciliador:

- a) Escutar a exposição de uma pessoa com atenção e ser pacientes;
- b) Inspirar respeito e confiança para as partes e gostar de conciliar;
- c) Estar confortável em situações em que os ânimos estejam acirrados e ser imparcial;
- d) Atencioso e parcial quando se tratar de parte hipossuficiente;
- e) Possuir empatia, isto é, ser capaz de colocar-se no lugar do outro, sem, contudo, tomar partido, ser gentil e respeitoso no trato com as partes;

37) O conciliador fica sujeito à:

- a) obediência exclusiva do Presidente da Turma Recursal Estadual;
- b) obediência exclusiva do Presidente do Conselho Nacional de Justiça;
- c) responsabilização civil e penal pelos atos que, nessa condição praticar;
- d) responsabilização tão somente administrativa pelos atos que, nessa condição pratica;
- e) responsabilização tão somente civil pelos que, nessa condição praticar.

38) A Lei Complementar n.º 270, de 02 de Abril de 2007 introduziu nos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso o Juiz Leigo e Conciliador, como Auxiliares da Justiça, e dá outras providências. A respeito do conciliador nesta Lei Complementar, analise as afirmações que se seguem:

I-Os Conciliadores são particulares que colaboram com o Judiciário na condição de Auxiliares da Justiça, prestando serviço público relevante, sem vínculo empregatício, sendo credenciados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, pelo período de 02 (dois) anos, admitida uma única prorrogação;

II-Os Conciliadores não poderão, em hipótese alguma, ser descredenciados antes do término do biênio;

III-Os Conciliadores receberão abono variável mensal, de cunho puramente indenizatório, pelas suas atuações em favor do Estado;

Em seguida, assinale a alternativa CORRETA:

- a) I, II e III são verdadeiras;
- b) Somente II é verdadeira;
- c) Somente III é verdadeira;
- d) Somente I é falsa;
- e) Somente II é falsa.

39) A Lei n.º 12.153, de 22 de dezembro de 2009, dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. A respeito desta Lei, analise as afirmações que se seguem:

I-É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.

II-Não se incluem na competente do Juizado Especial da Fazenda Pública as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais, e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos.

III - É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas.

Em seguida, assinale a alternativa CORRETA:

- a) I, II e III são verdadeiras;
- b) Somente II é verdadeira;
- c) Somente III é verdadeira;
- d) Somente I é falsa;
- e) Somente III é falsa.

40) No Juizado Especial Cível, o réu que não comparece a audiência é:

- a) vencedor da demanda;
- b) perdedor da demanda;
- c) revel;
- d) nomeado a autoria;
- e) reconvido.

41) Em regra, no Juizado Especial, não há citação:

- a) por edital, nem com hora certa;
- b) por via postal;
- c) por via Oficial de Justiça;
- d) por carta precatória;
- e) por carta citação com AR.

42) No Juizado Especial, se a parte autora não comparece a quaisquer das audiências:

- a) o processo é suspenso;
- b) o processo é arquivado provisoriamente;

- c) o processo será extinto sem resolução do mérito;
- d) o processo segue normalmente;
- e) será marcada nova data.

43) No sistema recursal próprio da Lei 9.099/95, somente são cabíveis os seguintes recursos:

- a) Recurso de Apelação e Embargos de Declaração;
- b) Recurso Ordinário e Embargos de Declaração;
- c) Recurso Inominado e Agravo de Instrumento;
- d) Agravo de Instrumento e Mandado de Segurança;
- e) Recurso Inominado e Embargos de Declaração.

44) O prazo para interpor Recurso Inominado no Juizado Especial é de:

- a) 05 (cinco) dias;
- b) 15 (quinze) dias;
- c) 20 (vinte) dias;
- d) 10 (dez) dias;
- e) 30 (trinta) dias.

45) O preparo recursal no Juizado Especial será feito, independentemente de intimação no prazo de:

- a) 48 horas seguintes à interposição do recurso inominado, sob pena de deserção;
- b) 05 dias seguintes à interposição do recurso inominado, sob pena de deserção;
- c) 08 dias seguintes à interposição do recurso inominado, sob pena de deserção;
- d) 10 dias seguintes à interposição do recurso inominado, sob pena de deserção;
- e) 15 dias seguintes à interposição do recurso inominado, sob pena de deserção.

46) As contrarrazões ao recurso inominado devem ser apresentadas no prazo de:

- a) 05 dias;
- b) 10 dias;
- c) 15 dias;
- d) 20 dias;
- e) 30 dias.

47) Cabem Embargos de Declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida e, serão interpostos por escrito ou oralmente, no prazo de:

- a) 05 dias, contados da ciência da sentença;
- b) 10 dias, contados da ciência da sentença;
- c) 15 dias, contados da ciência da sentença;
- d) 20 dias, contados da ciência da sentença;
- e) 30 dias, contados da ciência da sentença;

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

48) A Lei n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e

atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Nas infrações penais previstas nesta Lei, a ação penal é:

- a) pública condicionada;
- b) pública incondicionada;
- c) privada subsidiária da pública;
- d) privada exclusiva;
- e) privada personalíssima.

49) A contagem do prazo da prescrição da pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço prevista no Código de Defesa do Consumidor inicia-se:

- a) a partir da ocorrência do fato gerador;
- b) a partir da audiência de conciliação com a presença das partes;
- c) a partir do conhecimento da lesão;
- d) a partir do conhecimento do dano e de sua autoria;
- e) a partir da data da reclamação perante o Juizado.

50) A Lei n.º 11.340/2006, 07 de Agosto de 2006 criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. A respeito desta Lei, analise as afirmações que se seguem:

I- Em regra, as relações pessoais mencionadas na referida lei dependem de orientação sexual.

II- Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

III- Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Em seguida, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) I, II e III são verdadeiras;
- b) II é verdadeira;
- c) III é verdadeira;
- d) Somente I é falsa;
- e) Somente II e III são verdadeiras.